

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2020 e Relatório
do Auditor Independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

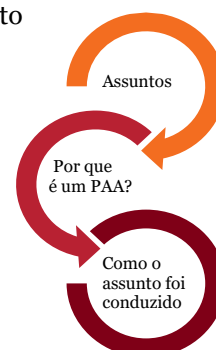
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Nota 7

Os ativos biológicos (cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

Conforme divulgado na Nota 7 às demonstrações financeiras, a mensuração do valor justo destes ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparada por mercado não observável e líquido (Nível 3), com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável (ATR) e taxa de desconto dos fluxos de caixa. Adicionalmente, em função da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as incertezas relacionadas à determinação de premissas são maiores que em um cenário usual, principalmente em relação a projeções de preços futuros que podem influenciar na determinação do valor justo dos referidos ativos biológicos.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, por consequência, no resultado do exercício e na posição patrimonial da Controladora e do Consolidado.

Nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos em relação à mensuração dos ativos biológicos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.

Testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com as informações e dados internos da Companhia aprovados pela administração e públicos e/ou de acesso limitado no mercado, bem como as metodologias utilizadas pela Administração. Adicionalmente, comparamos os dados utilizados com os indicadores-chave de monitoramento da administração e com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro.

Finalmente, comparamos os dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Adoção inicial da norma contábil IFRS 16/CPC 06 (02) - Arrendamentos - Notas 2.7 e 13

A Companhia possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas, que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que entrou em vigor para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção inicial dessa nova norma resultou no

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos e processos implementados pela administração para adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, bem como dos expedientes práticos adotados permitidos pela norma.

São Martinho S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.587.561 mil no balanço patrimonial em 1º de abril de 2019. A administração decidiu adotar a abordagem simplificada de efeito cumulativo, que permite que informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas.</p> <p>A adoção inicial do novo pronunciamento contábil foi considerada como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, pois envolveu (i) análise de volume significativo de contratos de arrendamento e parceria agrícola, e (ii) o uso de julgamento significativo da administração na definição de premissas, tais como: a taxa incremental de empréstimo e a determinação dos prazos de arrendamentos, além da adoção dos expedientes práticos trazidos pela nova norma, entre outros.</p>	<p>Avaliamos a integridade da base de contratos e os procedimentos aplicados pela Administração para identificação de contratos com potencial aderência ao escopo da norma.</p> <p>Para uma amostra de contratos, efetuamos a conferência de dados do arrendamento/parceria agrícola e recálculo de valores apurados. Adicionalmente, avaliamos as principais premissas e estimativas utilizadas pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento/parceria agrícola e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos.</p> <p>Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso e seus critérios de depreciação; e do passivo de arrendamento/parceria agrícola e a apropriação de juros, suas liquidações e remensurações por índices estabelecidos nos contratos. Adicionalmente, efetuamos leitura das divulgações nas notas explicativas sobre o assunto, incluindo questões de mensuração requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a apuração e divulgação dos impactos decorrentes do efeito de inflação no fluxo de contraprestações futuras do passivo de arrendamento.</p> <p>Com base nos procedimentos executados, consideramos que os julgamentos e premissas utilizados pela administração na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento/parceria agrícola são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

São Martinho S.A.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2019, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria em 24 de junho de 2019, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



São Martinho S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2020

A blue ink signature that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A blue ink signature that appears to read 'Mauricio Cardoso de Moraes' in a cursive script.

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das principais políticas contábeis.....	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	14
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16
5. Contas a receber de clientes	16
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	17
7. Ativos biológicos.....	18
8. Tributos a recuperar	20
9. Partes relacionadas.....	21
10. Investimentos	23
11. Imobilizado	24
12. Intangível.....	28
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar.....	29
14. Empréstimos e financiamentos	32
15. Fornecedores	34
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar.....	34
17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber	36
18. Patrimônio líquido	37
19. Programa de participação nos lucros e resultados	41
20. Imposto de renda e contribuição social	41
21. Compromissos	44
22. Provisão para contingências	45
23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	48
24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.....	55
25. Valor Justo	56
26. Informação por segmento (consolidado)	58
27. Receitas	60
28. Custos e despesas por natureza	61
29. Outras receitas, líquidas.....	62
30. Resultado financeiro	62
31. Lucro por ação	62
32. Cobertura de seguros	63

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2020 e 2019

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.998	197.170	92.066	197.607
Aplicações financeiras	4	1.775.640	1.790.855	1.831.504	1.838.261
Contas a receber de clientes	5	125.531	145.134	165.829	163.412
Instrumentos financeiros derivativos	23	224.635	53.967	224.635	53.967
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	357.890	224.170	366.177	232.322
Ativos biológicos	7	713.547	657.057	713.547	657.057
Tributos a recuperar	8	12.303	19.150	12.303	20.124
Imposto de renda e contribuição social	20	71.257	79.759	71.257	79.759
Outros ativos		8.581	9.276	8.832	10.191
TOTAL DO CIRCULANTE		3.381.382	3.176.538	3.486.150	3.252.700
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	35.011	49.681	38.494	53.345
Estoques e adiantamento a fornecedores	6	49.916	131.881	49.916	131.881
Instrumentos financeiros derivativos	23	28.977	229	28.977	229
Contas a receber de clientes	5	-	-	27.192	22.488
Valores a receber da Copersucar		10.017	10.017	10.017	10.017
Tributos a recuperar	8	80.051	79.790	81.046	79.790
Depósitos judiciais	22	270.872	27.035	271.060	27.210
Partes relacionadas	9	255	9	-	-
Outros ativos		57.159	14.366	57.159	14.366
		532.258	313.008	563.861	339.326
Investimentos	10	1.462.223	1.345.290	33.868	33.537
Imobilizado	11	4.058.484	3.979.304	5.844.505	5.644.660
Intangível	12	413.075	417.845	465.689	478.499
Direito de uso	13	1.719.453	-	1.719.453	-
		7.653.235	5.742.439	8.063.515	6.156.696
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.185.493	6.055.447	8.627.376	6.496.022
TOTAL DO ATIVO		11.566.875	9.231.985	12.113.526	9.748.722

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	591.024	754.999	591.024	754.999
Arrendamentos a pagar	13	40.168	-	40.168	-
Parceria agrícola a pagar	13	203.835	-	203.835	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	406.473	37.369	406.473	37.369
Fornecedores	15	176.848	155.492	174.524	152.713
Obrigações com a Copersucar	16	10.892	9.094	10.892	9.094
Salários e contribuições sociais		149.263	133.598	150.249	134.372
Tributos a recolher		32.477	38.907	34.730	40.833
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	4.985	4.178
Dividendos a pagar	18	54.694	81.077	54.694	81.077
Adiantamentos de clientes		34.662	4.246	34.710	4.295
Aquisição de participações societárias	9 e 17	11.664	11.715	11.664	11.715
Outros passivos		10.310	21.216	18.527	27.020
TOTAL DO CIRCULANTE		1.722.310	1.247.713	1.736.475	1.257.665
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	4.223.418	3.697.601	4.223.418	3.697.601
Arrendamentos a pagar	13	377.954	-	377.954	-
Parceria agrícola a pagar	13	1.053.956	-	1.053.956	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	79.022	13.520	79.022	13.520
Obrigações com a Copersucar	16	179.189	201.498	179.189	201.498
Tributos a recolher		7.283	2.998	7.283	2.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	214.220	482.442	746.226	988.760
Provisão para contingências	22	99.793	103.350	100.283	103.817
Aquisição de participações societárias	9 e 17	15.270	26.890	15.270	26.890
Tributos com exigibilidade suspensa	16 (b)	242.188	58.313	242.188	58.313
Outros passivos		5.596	6.650	5.586	6.650
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.497.889	4.593.262	7.030.375	5.100.047
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	1.696.652	1.696.652	1.696.652	1.696.652
Reserva de capital		9.418	9.418	9.418	9.418
Ações em tesouraria		(131.361)	(234.100)	(131.361)	(234.100)
Ajustes de avaliação patrimonial		607.022	1.016.355	607.022	1.016.355
Reservas de lucros		1.164.945	902.685	1.164.945	902.685
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.346.676	3.391.010	3.346.676	3.391.010
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.566.875	9.231.985	12.113.526	9.748.722

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas	27	3.579.088	3.268.557	3.693.860	3.360.362
Custo dos produtos vendidos	28	(2.563.599)	(2.524.100)	(2.516.996)	(2.488.932)
Lucro bruto		1.015.489	744.457	1.176.864	871.430
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(136.108)	(94.828)	(138.197)	(97.367)
Despesas gerais e administrativas	28	(208.352)	(187.050)	(216.869)	(194.925)
Resultado de equivalência patrimonial	10	153.449	121.407	625	(240)
Outras receitas, líquidas	29	361.935	117.262	363.410	119.124
		170.924	(43.209)	8.969	(173.408)
Lucro operacional		1.186.413	701.248	1.185.833	698.022
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		107.969	92.912	117.003	103.718
Despesas financeiras		(415.748)	(310.330)	(415.979)	(311.154)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(35.891)	(35.007)	(35.891)	(35.008)
Derivativos		(117.292)	(76.344)	(117.292)	(76.344)
		(460.962)	(328.769)	(452.159)	(318.788)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		725.451	372.479	733.674	379.234
Imposto de renda e contribuição social	20 (c)				
Do exercício		(116.257)	(24.455)	(124.725)	(31.606)
Diferidos		29.816	(33.979)	30.061	(33.583)
Lucro líquido do exercício		639.010	314.045	639.010	314.045
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	1,8339	0,9610	1,8339	0,9610

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019
Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2020	2019
Lucro líquido do exercício	639.010	314.045
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	43.054	46.647
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(291.828)	(37.249)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(398.912)	(97.799)
	<u>(647.686)</u>	<u>(88.401)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(42.598)	(91.382)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	67.226	23.912
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	1.113	13.148
	<u>25.741</u>	<u>(54.322)</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	7.544	316
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	127	9.260
	<u>7.671</u>	<u>9.576</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	8.000	(44.419)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(224.475)	(4.077)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(397.799)	(84.651)
Tributos diferidos sobre os itens acima	208.855	45.271
	<u>(405.419)</u>	<u>(87.876)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>233.591</u>	<u>226.169</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial													Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Deemed cost		Hedge accounting	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros					
						Própria	De investidas				Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais			
Saldo em 31 de março de 2018	18	1.549.302	9.418	(234.100)	11.578	185.691	992.484	(57.856)	94.725	411.441	46.954	248.479	31.659	-	3.289.775	
Aumento de capital com reservas	18 (a)	147.350	-	-	-	-	-	-	-	(147.350)	-	-	-	-	-	
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	-	(12.869)	(3.219)	-	-	-	-	-	-	16.088	-	
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.491)	-	-	-	(6.491)	
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.659)	-	(31.659)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.269	-	(117.269)	-	
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	-	(87.876)	-	-	-	-	-	-	(87.876)	
Adoção Inicial CPC 48 de investidas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(620)	(620)	
Mudança Plano de Opções	9 (c)	-	-	-	(11.578)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.578)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	314.045	314.045	
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	15.702	93.033	-	-	-	(108.735)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.586)	(74.586)	
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.923	(28.923)	-	
Saldo em 31 de março de 2019	18	1.696.652	9.418	(234.100)	-	172.822	989.265	(145.732)	110.427	357.124	40.463	365.748	28.923	-	3.391.010	
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	-	(10.366)	6.272	-	-	-	-	-	-	4.094	-	
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.332)	-	-	-	(6.332)	
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.923)	-	(28.923)	
Integralização de capital com bens em controladas		-	-	-	-	(36.136)	36.136	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste imposto diferido - integralização em controladas		-	-	-	-	180	-	-	-	-	-	-	-	-	180	
Aquisição de ações de emissão própria		-	-	(74.493)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.493)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121.902	-	(121.902)	-	
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	-	(405.419)	-	-	-	-	-	-	(405.419)	
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	177.232	-	-	-	-	(177.232)	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	639.010	639.010	
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	31.950	307.959	-	-	-	(339.909)	-	
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)	
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.357)	(48.357)	
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.936	(12.936)	-	
Saldo em 31 de março de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	-	126.500	1.031.673	(551.151)	142.377	487.851	34.131	487.650	12.936	-	3.346.676	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		639.010	314.045	639.010	314.045
Ajustes					
Depreciação e amortização	28	633.579	426.446	636.816	430.032
Ativos biológicos colhidos	28	613.101	606.589	613.101	606.589
Variação no valor justo de ativos biológicos	28	30.602	(5.075)	30.602	(5.151)
Amortização de contratos de energia		-	-	6.574	8.153
Resultado de equivalência patrimonial	10	(153.449)	(121.407)	(625)	240
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto		-	-	-	(306)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	2.863	4.827	(15.734)	6.757
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		248.896	274.896	243.479	268.188
Instrumentos financeiros derivativos		143.322	22.021	143.322	22.021
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	10.912	71.397	10.915	71.413
Imposto de renda e contribuição social	20 (b)	86.441	58.434	94.664	65.189
Tributos com exigibilidade suspensa		42.794	-	42.794	-
Ajuste a valor presente e outros		108.720	13.377	106.348	10.662
		2.406.791	1.665.550	2.551.266	1.797.832
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		32.296	24.759	26.347	26.468
Estoques		(95.975)	56.767	(95.738)	56.957
Tributos a recuperar		37.361	112.085	37.324	112.075
Instrumentos financeiros derivativos		(123.495)	2.323	(123.495)	2.323
Outros ativos		(283.982)	1.802	(283.333)	1.389
Fornecedores		15.236	(7.890)	13.563	(1.094)
Salários e contribuições sociais		15.665	(22.306)	15.878	(22.249)
Tributos a recolher		34.104	(550)	33.694	(1.126)
Obrigações Copersucar		(25.832)	(13.549)	(25.832)	(13.549)
Provisão para contingências - liquidações	22.1	(19.899)	(21.400)	(19.924)	(21.400)
Outros passivos		21.897	(16.407)	24.314	(21.041)
Caixa proveniente das operações		2.014.167	1.781.184	2.154.064	1.916.585
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(178.303)	(228.676)	(178.303)	(229.410)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.960)	-	(18.882)	(6.201)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.823.904	1.552.508	1.956.879	1.680.974
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	17	(13.621)	(30.580)	(13.621)	(30.580)
Adições ao imobilizado e intangível		(523.673)	(505.149)	(532.117)	(527.027)
Adições ao ativo (plantio e tratos)	7 e 11	(852.931)	(757.556)	(852.931)	(760.927)
Aplicações financeiras		105.693	(474.109)	101.276	(453.858)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	3.923	5.133	9.119	5.133
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada		-	2.464	-	2.259
Adiantamento para futuro aumento de capital		(256)	(23.334)	-	(833)
Recebimento de dividendos		126.229	133.446	294	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.154.636)	(1.649.685)	(1.287.980)	(1.765.833)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de arrendamentos e parcerias	13	(276.168)	-	(276.168)	-
Captação de financiamentos - terceiros	14	546.107	1.876.608	546.107	1.876.608
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(739.887)	(1.541.883)	(739.887)	(1.555.007)
Aquisição de ações em tesouraria	18 (b)	(74.493)	-	(74.493)	-
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(229.999)	(180.000)	(229.999)	(180.000)
Caixa líquido (provenientes das) aplicado nas atividades de financiamento		(774.440)	154.725	(774.440)	141.601
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(105.172)	57.548	(105.541)	56.742
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	197.170	139.622	197.607	140.865
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	91.998	197.170	92.066	197.607
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	1.775.640	1.790.855	1.831.504	1.838.261
Total de recursos disponíveis	4	1.867.638	1.988.025	1.923.570	2.035.868

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	3.939.711	3.626.102	4.102.611	3.738.840
Receita referente a construção de ativos próprios	1.142.445	1.056.568	1.142.445	1.060.507
Outras receitas	3.108	15.932	4.557	17.412
	<u>5.085.264</u>	<u>4.698.602</u>	<u>5.249.613</u>	<u>4.816.759</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(981.960)	(1.202.563)	(946.746)	(1.156.682)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.186.677)	(1.003.739)	(1.215.916)	(1.034.009)
	<u>(2.168.637)</u>	<u>(2.206.302)</u>	<u>(2.162.662)</u>	<u>(2.190.691)</u>
Valor adicionado bruto	2.916.627	2.492.300	3.086.951	2.626.068
Depreciação e amortização	(633.579)	(426.446)	(636.816)	(430.032)
Ativos biológicos colhidos	(613.101)	(606.589)	(613.101)	(606.589)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.669.947	1.459.265	1.837.034	1.589.447
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	153.449	121.407	625	(240)
Receitas financeiras	418.336	447.172	427.393	457.967
Outras	403.811	124.288	403.835	124.686
Valor adicionado total a distribuir	<u>2.645.543</u>	<u>2.152.132</u>	<u>2.668.887</u>	<u>2.171.860</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	588.380	574.001	588.558	574.228
Benefícios	203.797	184.025	204.540	184.744
FGTS	52.151	50.989	52.165	51.005
Honorários dos administradores	28.490	27.071	29.814	28.432
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	174.357	151.712	193.898	167.628
Estaduais	75.646	75.403	76.200	75.862
Municipais	1.286	1.035	2.028	1.221
Financiadores				
Juros	396.745	282.977	396.918	283.732
Aluguéis	3.563	2.845	3.563	2.845
Variações cambiais	318.218	356.418	318.218	356.418
Outras	163.900	131.611	163.975	131.700
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio	151.765	74.586	151.765	74.586
Lucros retidos do exercício	487.245	239.459	487.245	239.459
Valor adicionado distribuído	<u>2.645.543</u>	<u>2.152.132</u>	<u>2.668.887</u>	<u>2.171.860</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. ("LJM"), com participação de 53,74% no capital votante. A LJM, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 29 de junho de 2020.

RenovaBio - Cbios

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía 227 mil pré-Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, deverá ocorrer principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Considerando que até o encerramento das demonstrações financeiras atuais não havia mercado ativo para transação de Cbios, não foi possível mensurar e estimar o valor de mercado ou valores justos para estes ativos.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de

forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Os possíveis impactos da COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações financeiras. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos, nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de impairment dos ágios, fatores que poderiam impactar os resultados dos exercícios futuros da Companhia.

Na data em que o Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras atuais, a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos. Adicionalmente, declaramos que as demonstrações financeiras atendem simultaneamente o BR-GAAP e IFRS.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM") (ii)	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC") (ii)	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bioenergética UBV")	Cogeração de energia elétrica.

- (i) São Martinho Terras Imobiliárias ("SM Terras Imobiliárias"): inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPE's (Sociedades de Propósitos Específicos).

- (ii) Anteriormente denominadas São Martinho Energia S.A. e Cia Bioenergética Santa Cruz 1, respectivamente. Denominações alteradas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de julho de 2019.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

2.4 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.6 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica “Intangível” no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.7 Arrendamentos

A Companhia, a partir de 1º de abril de 2019, adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A informação comparativa apresentada para 31 de março de 2019 segue o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis:

a) Arrendamento. Definição IFRS 16 (CPC 06 R2)

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria

agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

b) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

c) Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

Os impactos da adoção da norma estão detalhados na nota 13.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 18 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento Anual	2020	2019	Rendimento Anual	2020	2019
Caixa e bancos - no Brasil		180	156		248	593
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	1,76% a.a.	91.818	197.014	1,76% a.a.	91.818	197.014
Total de caixa e equivalentes de caixa		91.998	197.170		92.066	197.607
Aplicações financeiras						
. Fundo de investimento	99,45% CDI	1.693.054	1.790.855	99,45% CDI	1.748.918	1.838.261
. Fundos - LFT	100% SELIC	19.301	25.917	100% SELIC	19.301	25.917
. CDB	100,86% CDI	82.586	23.764	100,86% CDI	82.586	23.765
. Outros (i)	99,05% CDI	15.710	-	99,23% CDI	19.193	3.663
Total de aplicações financeiras		1.810.651	1.840.536		1.869.998	1.891.606
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		1.902.649	2.037.706		1.962.064	2.089.213
No ativo não circulante		35.011	49.681		38.494	53.345
Total de recursos disponíveis		1.867.638	1.988.025		1.923.570	2.035.868

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cientes mercado interno	120.101	118.229	188.100	159.603
Cientes mercado externo	5.430	26.905	5.430	26.905
Perda esperada em créditos de liquidação	-	-	(509)	(608)
	125.531	145.134	193.021	185.900
Ativo circulante	125.531	145.134	165.829	163.412
Ativo não circulante	-	-	27.192	22.488

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:	124.557	144.282	191.911	184.857
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	69	12	112	82
acima de 31 dias	905	840	998	961
	125.531	145.134	193.021	185.900

Do saldo a receber, R\$ 1.612 e R\$ 626 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 5.286 e R\$ 333, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2019, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	139.599	47.825	139.599	47.825
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	61.238	52.413	61.238	52.413
Adiantamentos - compras de insumos	71.254	55.746	71.254	55.746
Loteamentos - terras	-	-	8.287	8.152
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	85.799	68.186	85.799	68.186
	357.890	224.170	366.177	232.322
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	49.916	131.881	49.916	131.881
	49.916	131.881	49.916	131.881
	407.806	356.051	416.093	364.203

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) referem-se aos empreendimentos imobiliários e são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	2020	2019
Área total estimada de colheita (ha)	239.774	237.080
Produtividade prevista (ton/ha)	91,35	85,74
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	133,30	133,50
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,6038	0,6171

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,22% a.a. (7,88% a.a. em 31 de março de 2019).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo histórico	742.524	518.751	742.524	686.592
Valor justo	(85.467)	(99.018)	(85.467)	(104.866)
Saldo inicial de ativos biológicos:	657.057	419.733	657.057	581.726
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	513.543	454.341	513.543	456.677
Transferência imobilizado/biológico	188.814	167.925	188.814	184.379
Variação no valor justo	(30.602)	5.076	(30.602)	7.720
Incorporação Pulisic	-	8.688	-	-
Incorporação Usina Boa Vista	-	172.170	-	-
Reduções decorrentes da colheita	(615.265)	(570.876)	(615.265)	(573.445)
Saldo final de ativos biológicos:	713.547	657.057	713.547	657.057
Composto por:				
Custo histórico	829.616	742.524	829.616	742.524
Valor justo	(116.069)	(85.467)	(116.069)	(85.467)
Saldo final de ativos biológicos:	713.547	657.057	713.547	657.057

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2020, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar. e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 63.502. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 56.743.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
PIS / COFINS	4.031	12.139	4.031	12.164
ICMS	7.407	6.129	7.407	7.071
Outros	865	882	865	889
	12.303	19.150	12.303	20.124
Não Circulante				
PIS / COFINS	44.832	46.419	44.864	46.419
Reintegra	4.870	4.495	4.870	4.495
IOF sobre derivativos	8.653	8.388	8.653	8.388
ICMS	15.117	13.616	16.080	13.616
INSS	6.579	6.369	6.579	6.369
Outros	-	503	-	503
	80.051	79.790	81.046	79.790
	92.354	98.940	93.349	99.914

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	45.418	46.406
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	6.608	6.608
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	5.581	5.581
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	5.326	5.327
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	3.128	3.127
A partir de 1º/04/2026	13.990	13.997
	80.051	81.046

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	22	329	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	9	7	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	1.014	4.661	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	14	14	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	447	156	528	224
Outros	106	119	98	109
	1.612	5.286	626	333
Estoques - compra de cana-de-açúcar				
De acionistas e partes relacionadas	-	6.545	-	6.616
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
São Martinho Inova S.A.	5	9	-	-
Bioenergia São Martinho Ltda.	250	-	-	-
	255	9	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
Luiz Ometto Participações S.A. (ii)	-	3.313	-	3.313
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	168	47	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	258	634	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	5.423	4.544	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	346	208	346	208
Outros	9	167	9	167
	6.204	8.913	355	3.688
Arrendamento e parceria agrícola a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	291.281	824	291.281	824
Passivo circulante e passivo não circulante				
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	26.934	38.605	26.934	38.605

(i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e venda de vapor para BIO SC e BIO SM.

(ii) Refere-se substancialmente ao repasse do processo indenizatório conf. detalhado na Nota 16 (b).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de vendas				
Bioenergética Santa Cruz S.A.	6.134	5.868	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	7.969	6.924	-	-
	14.103	12.792	-	-
Despesas reembolsadas/(Compras de produtos e serviços)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	(2.104)	(1.921)	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	(60.061)	(48.088)	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	(2.332)	(2.213)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(17.205)	(14.536)	(16.366)	(13.799)
Bioenergética São Martinho S.A.	176	284	-	-
Agro Pecuária Boa Vista S/A	173	132	173	132
	(81.353)	(66.342)	(16.193)	(13.667)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar e arrendamento de terras				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(33.128)	(28.657)	(33.128)	(28.657)
Outros	(16.653)	(13.558)	(16.653)	(13.558)
	(49.781)	(42.215)	(49.781)	(42.215)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas referem-se a gastos incorridos com o Centro de Serviços Compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa, variável e benefícios	27.543	25.599	29.461	27.438
Contribuições previdenciárias e sociais	5.535	5.601	5.878	5.915
Total da remuneração e encargos	33.078	31.200	35.339	33.353

Em relação às opções virtuais, importante esclarecer que se referem aos valores pagos durante o exercício findo em 31 de março de 2020, R\$ 13.790 na Controladora e R\$ 13.959 no Consolidado (R\$ 18.364 na Controladora e R\$ 18.623 no Consolidado em 31 de março de 2019) referentes a programas de Opções Virtuais aprovados em exercícios anteriores.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, foi definida a mudança dos saldos dos planos vigentes de Outorga de Opções de Compra de Ações, que fora aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018. Referido plano regerá pela regra de liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada programa. Os demais termos determinados nos novos planos serão os mesmos já estabelecidos nos contratos anteriormente acordados. Sendo assim, a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comparabilidade do resultado do período corrente com o mesmo período anterior, fica significativamente afetada.

Em 9 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.072.712 novas opções, no valor de R\$ 7.015, através do 11º Plano de Opções de Compra de Ações, cujo regulamento segue as características dos demais já existentes na Companhia.

O valor contábil do passivo na demonstração financeira atual referente ao novo cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 82 (R\$ 3.501 em 31 de março de 2019).

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data da demonstração financeira estão demonstrados a seguir:

Plano	6º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	Total
Data de concessão do plano	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	
Data limite para exercício (i)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Quantidade opções virtuais outorgadas	835.725	696.465	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	5.347.762
Quantidade opções virtuais exercidas	(807.951)	(655.515)	(410.383)	(108.066)	-	-	(1.981.915)
Saldo opções virtuais a exercer	27.774	40.950	316.890	774.008	1.133.513	1.072.712	3.365.847
Preço do exercício (R\$)	12,04	15,87	17,70	17,76	19,07	19,38	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO se referem às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

compreender como segue:

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido ajustado da investida		Controladora			
				Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Classificados no Investimento							
SM Terras Imobiliárias	100,00%	159.086	147.924	159.086	147.925	19.607	5.497
Bio SM	100,00%	37.381	25.387	37.381	25.387	31.995	29.173
SM Inova	100,00%	26.870	25.911	26.870	25.911	1.201	857
SM Terras Agrícolas	100,00%	1.144.494	1.044.247	1.144.494	1.044.247	55.815	45.838
SM Logística	100,00%	2.703	2.828	2.703	2.828	(125)	(124)
Bio SC	100,00%	61.941	97.133	91.688	97.133	45.489	43.339
Bioenergética BV	100,00%	1	-	1	-	-	-
Pulisc Participações Ltda	100,00%	-	-	-	-	-	(2.252)
Outros		-	-	-	1.859	(533)	-
Total classificados no Investimento		1.432.476	1.343.430	1.462.223	1.345.290	153.449	122.328
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i)		-	-	-	-	-	(921)
Total classificados no passivo não circulante		-	-	-	-	-	(921)
Saldo final		1.432.476	1.343.430	1.462.223	1.345.290	153.449	121.407

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido ajustado da investida		Consolidado			
				Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (ii)	5,41%	601.912	579.620	32.590	31.678	1.206	681
Outros		-	-	1.278	1.859	(581)	-
Total classificados no Investimento		601.912	579.620	33.868	33.537	625	681
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i)		-	-	-	-	-	(921)
Total classificados no passivo não circulante		-	-	-	-	-	(921)
Saldo final		601.912	579.620	33.868	33.537	625	(240)

(i) Investida incorporada, conforme detalhado na nota 10.1.

(ii) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia possui influência significativa sobre a investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

10.1 Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial líquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2018	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	805.673	45.351	22.389	2.679.114
Custo total	155.808	287.935	1.174.304	390.839	243.282	402.273	805.673	45.351	66.177	3.571.642
Depreciação acumulada	-	(45.181)	(383.187)	(172.795)	(77.325)	(170.252)	-	-	(43.788)	(892.528)
Valor residual	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	805.673	45.351	22.389	2.679.114
Aquisição	4.297	1.044	10.062	303.863	24.031	16.710	303.215	137.410	1.051	801.683
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(167.925)	-	-	(167.925)
Custo da alienação	(64)	(2.097)	(1.297)	-	(2.634)	(3.384)	(290)	-	(194)	(9.960)
Incorporação Usina Boa Vista	49.198	161.880	413.287	60.568	61.980	80.845	222.663	4.044	38.537	1.093.002
Incorporação Usina Santa Luiza	57	1.021	92	-	-	1	-	-	-	1.171
Incorporação Pulisic	-	-	-	-	-	-	10.742	-	-	10.742
Transferências entre grupos	-	8.591	44.304	4.098	886	(10.419)	16.550	(66.041)	2.031	-
Depreciação	-	(11.361)	(77.705)	(280.151)	(20.654)	(28.298)	-	-	(10.354)	(428.523)
Saldos em 31 de março de 2019	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Custo total	209.296	490.357	1.775.974	306.422	363.639	565.861	1.190.628	120.764	170.003	5.192.944
Depreciação acumulada	-	(88.525)	(596.114)	-	(134.073)	(278.385)	-	-	(116.543)	(1.213.640)
Valor residual	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Aquisição	5.871	286	7.393	302.757	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	862.738
Integralização de capital em controlada (i)	(119.064)	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.064)
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Custo da alienação	-	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(372)	(6.786)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Depreciação	-	(12.438)	(79.024)	(307.868)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(468.894)
Saldos em 31 de março de 2020	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Custo total	96.103	496.251	1.841.782	301.311	377.559	617.139	1.350.926	174.939	178.131	5.434.141
Depreciação acumulada	-	(100.964)	(675.022)	-	(153.808)	(318.884)	-	-	(126.979)	(1.375.657)
Valor residual	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Valores Residuais :										
Custo histórico	24.817	327.585	954.550	301.311	197.918	255.827	1.350.926	174.939	51.152	3.639.025
Mais-valia	71.286	67.702	212.210	-	25.833	42.428	-	-	-	419.459
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	

(i) Em 09 de dezembro de 2019, foi aprovada a integralização de capital com bens nas controladas SMTI e SMTA, no valor de R\$ 1.087 e R\$117.977 respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2018	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	1.038.512	49.393	60.933	5.449.912
Custo total	1.807.778	487.450	1.805.071	508.634	342.980	552.539	1.038.512	49.393	167.013	6.759.370
Depreciação acumulada	-	(78.924)	(540.077)	(229.660)	(115.045)	(239.672)	-	-	(106.080)	(1.309.458)
Valor residual	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	1.038.512	49.393	60.933	5.449.912
Aquisição	8.388	1.044	10.062	304.430	24.031	16.710	304.250	137.410	1.051	807.376
Custo da alienação	(1.342)	(2.097)	(1.297)	-	(2.634)	(3.384)	(290)	-	(193)	(11.237)
Incorporação Pulisic	-	-	-	-	-	-	15.984	-	-	15.984
Incorporação Usina Santa Luiza	57	1.021	92	-	-	1	-	-	-	1.171
Transferência Estoque para Vendas	(2.542)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.542)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(184.379)	-	-	(184.379)
Transferências entre grupos	-	8.591	44.292	4.110	886	(10.419)	16.550	(66.041)	2.031	-
Depreciação	-	(11.542)	(80.263)	(280.512)	(20.654)	(28.298)	-	-	(10.356)	(431.625)
Saldos em 31 de março de 2019	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Custo total	1.812.339	496.594	1.857.960	307.158	363.637	565.861	1.190.627	120.762	170.003	6.884.941
Depreciação acumulada	-	(91.051)	(620.080)	(156)	(134.073)	(278.384)	-	-	(116.537)	(1.240.281)
Valor residual	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Aquisição	11.782	286	7.393	303.851	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	869.743
Custo da alienação	(334)	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(373)	(7.121)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Transferências Estoque para Vendas	(1.782)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.782)
Depreciação	-	(12.619)	(81.542)	(308.456)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(472.181)
Saldos em 31 de março de 2020	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Custo total	1.822.005	502.487	1.923.767	303.017	377.558	617.139	1.350.925	174.937	178.135	7.249.970
Depreciação acumulada	-	(103.670)	(701.505)	(620)	(153.809)	(318.883)	-	-	(126.978)	(1.405.465)
Valor residual	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Valores Residuais :										
Custo histórico	170.427	330.150	995.717	302.397	197.917	255.827	1.350.925	174.937	51.157	3.829.454
Mais-valia	1.651.578	68.667	226.545	-	25.832	42.429	-	-	-	2.015.051
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em "Obras em Andamento" refere-se principalmente a projetos de implantação de tecnologia de transmissão de dados (4G), construção de uma fábrica de levedura hidrolisada, prevenção de combate a incêndio e expansão de armazenamento e expedição de etanol.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 662.348 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 64.503 se referem a imóveis rurais (2.097 hectares de terras).

O Grupo capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 2.145 (R\$ 2.338 em 31 de março de 2019).

12. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ágio rentabilidade futura (i)	374.632	374.633	374.633	374.633
Software	37.492	37.359	37.492	37.359
Amortização acumulada	(28.821)	(26.398)	(28.821)	(26.398)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	42.443	42.443	42.443	42.443
Amortização direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	(17.026)	(13.500)	(17.026)	(13.500)
Direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(62.315)	(52.354)
Outros ativos	4.355	3.308	15.882	12.915
	413.075	417.845	465.689	478.499

(i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

(ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;

(iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio SC, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2020, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia:

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento médio da Receita Operacional Líquida	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho e Iracema	4,7%	4,5%	6,6%
Unidade produtiva Santa Cruz	4,9%	4,5%	6,6%

Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

Conforme descrito na nota 2.7, a São Martinho reconheceu o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de abril de 2019.

A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria Agrícola	Arrendamento Agrícola	Total
Adoção em 1º de abril de 2019	18.368	1.194.692	374.501	1.587.561
Novos contratos/atualização contratual	349	116.390	12.276	129.015
Remensuração anual	-	175.049	47.408	222.457
Depreciação	(16.034)	(170.838)	(32.708)	(219.580)
31 de março de 2020	2.683	1.315.293	401.477	1.719.453
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 21	2 a 21	

A movimentação do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Arrendamentos e Parcerias agrícolas a pagar	Controladora e Consolidado			
	Saldo do compromisso de arrendamentos	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Total
Adoção em 1º de abril de 2019	2.439.375	(94.649)	(851.814)	1.492.912
Compensação de adiantamentos	-	(14.173)	-	(14.173)
Novos contratos/Atualização Contratual	179.233	-	(50.218)	129.015
Remensuração anual	321.529	-	(99.072)	222.457
Pagamentos efetuados	(276.168)	-	-	(276.168)
Apropriação encargos financeiros	-	-	121.870	121.870
31 de março de 2020	2.663.969	(108.822)	(879.234)	1.675.913
Passivo Circulante				244.003
Arrendamentos a pagar				40.168
Parceria Agrícola a pagar				203.835
Passivo não Circulante				1.431.910
Arrendamentos a pagar				377.954
Parceria Agrícola a pagar				1.053.956
				1.675.913

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	308.309
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	283.663
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	259.765
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	235.404
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	214.892
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	181.374
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	135.778
A partir de 1º/04/2028	581.465
(-) Ajuste a valor presente	(768.740)
	1.431.910

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	Arrendamento Agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	691.687	282.762
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(45.644)	(18.337)
31 de Março de 2020	646.043	264.425

A São Martinho chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e consolidado	
Vigência dos Contratos	Taxa Incremental
2 anos	6,73%
3 anos	7,50%
4 anos	8,05%
5 anos	8,41%
6 anos	8,67%
7 anos	8,86%
8 anos	9,04%
9 anos	9,17%
10 anos	9,26%
11 anos	9,29%
12 a 21 anos	9,33%

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de doze meses findo em 31 de março de 2020 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2031	2032 a 2043
Ativo Direito de Uso							
IFRS 16	1.719.453	1.471.544	1.240.908	1.033.414	847.193	155.009	-
Ofício CVM	2.151.216	1.857.411	1.582.024	1.331.592	1.104.346	220.580	-
	25,11%	26,22%	27,49%	28,85%	30,35%	42,30%	
Passivo Arrendamento e Parceria agrícola							
IFRS 16	1.675.913	1.419.101	1.201.896	1.004.130	824.781	148.515	-
Ofício CVM	2.044.292	1.773.071	1.515.993	1.279.860	1.064.437	211.733	-
	21,98%	24,94%	26,13%	27,46%	29,06%	42,57%	
Despesa com Depreciação							
IFRS 16	(217.748)	(247.910)	(230.635)	(207.494)	(186.221)	(692.184)	(155.009)
Ofício CVM	(243.320)	(293.805)	(275.387)	(250.432)	(227.246)	(883.766)	(220.580)
	11,74%	18,51%	19,40%	20,69%	22,03%	27,68%	42,30%
Despesa Financeira							
IFRS 16	(118.353)	(86.960)	(86.241)	(84.351)	(81.530)	(399.770)	(140.381)
Ofício CVM	(133.073)	(124.436)	(118.511)	(115.210)	(112.614)	(573.487)	(214.604)
	12,44%	43,09%	37,42%	36,58%	38,13%	43,45%	52,87%

	IFRS 16 (CPC 06)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(1.937.201)	(2.394.535)
Despesa Financeira	(997.586)	(1.391.934)
	(2.934.787)	(3.786.470)

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora e consolidado	
	Taxa	Indexador	2020	2019
Em moeda nacional				
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	105,19%	CDI	131.780	264.793
Linhas do BNDES	2,46%	+TJLP	162.873	207.172
Linhas do BNDES	6,47%	+IPCA	-	1.697
Linhas do BNDES	3,48%	-	160.039	233.738
Linhas do BNDES		+SELIC	-	242
Crédito rural (ii)	6,63%	-	278.497	369.542
FINEP	4,00%	-	84.433	104.697
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,07%	CDI	1.474.171	1.363.353
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a) (iii)	4,88%	+IPCA	448.743	431.343
Outros créditos securitizados	4,54%	+IGP-M/PRE	8.389	16.496
Total em moeda nacional	105,85%	CDI	2.748.925	2.993.073
Em moeda estrangeira				
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	4,15%	Var. cambial	1.050.150	787.160
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,35%	Libor 6M	394.865	297.087
International Finance Corporation (IFC)	1,70%	Libor 6M	474.334	356.738
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iv)	2,27%	Var. cambial	130.057	-
FINEM	2,74%	Cesta Moedas	16.111	18.542
Total em moeda estrangeira	4,23%		2.065.517	1.459.527
TOTAL (i)			4.814.442	4.452.600
Circulante			591.024	754.999
Não Circulante			4.223.418	3.697.601

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) 100% do montante de crédito rural está indexado a 95,70% DI via contrato de SWAP.

(iii) 51% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está indexado a 121,87% DI via contrato de SWAP.

(iv) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.

a) Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, a Companhia concretizou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA com distribuição via oferta continuada, no valor de R\$ 842.123. Esta captação terá pagamentos anuais de juros, equivalentes a 98,5% da variação acumulada da taxa CDI e amortização do principal em duas parcelas iguais em abril de 2025 e abril de 2026. As subscrições iniciaram-se em 25 de março de 2019. E foram finalizadas em 60 dias corridos, exercendo-se o lote suplementar da oferta.

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo anterior	4.452.600	3.620.568	4.452.600	3.924.897
Captação de financiamentos	546.107	1.876.608	546.107	1.876.608
Amortização de principal	(739.887)	(1.541.883)	(739.887)	(1.555.007)
Amortização de juros	(178.303)	(228.676)	(178.303)	(229.410)
Atualização monetária	245.971	310.171	245.971	310.900
Variação cambial	487.954	124.612	487.954	124.612
Incorporação Usina Boa Vista	-	291.200	-	-
	<u>4.814.442</u>	<u>4.452.600</u>	<u>4.814.442</u>	<u>4.452.600</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
A partir de 1º/04/2028	36.453
	<u>4.223.418</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras atuais, R\$ 662.348 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 90% equipamentos, edificações e edifícios, aproximadamente 10% terras e menos de 1% recebíveis de comercialização de energia elétrica e aval corporativo.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimos de 4,7% (6,99% em 31 de março de 2019) e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de R\$ 1.942.130, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cana-de-açúcar	74.749	62.142	69.158	57.482
Materiais, serviços e outros	102.099	93.350	105.366	95.231
	176.848	155.492	174.524	152.713

Do total a pagar para fornecedores, R\$ 6.204 na Controladora e R\$ 355 no Consolidado (em 31 de março de 2019 - R\$ 9.737 na Controladora e R\$ 4.512 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Controladora e Consolidado	2020	2019
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	53.456	77.036
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	71.077	69.805
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	10.892	9.094
Outros	2.300	2.301
Total	190.081	210.592
Passivo circulante	10.892	9.094
Não circulante	179.189	201.498

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de R\$ 258.420. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Nele foi expedido em junho de 2017 o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa". Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante total de R\$ 27.432.

Após o repasse e as retenções das despesas processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 349.056 foi registrado em "outras despesas (receitas), líquidas". O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não praticamente certo, razão pela qual segue não registrado.

17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Controladora e Consolidado	Aquisição de participação	Alienação de participação	Saldo líquido
	Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2019	(156.434)	117.829	(38.605)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(8.034)	6.084	(1.950)
Amortização de juros	8.215	(6.214)	2.001
Saldo em 31 de março de 2020	(125.043)	98.109	(26.934)
		Passivo circulante	(11.664)
		Passivo não circulante	(15.270)
			(26.934)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. O Cronograma de vencimento está detalhado na tabela abaixo:

Vencimentos	(Aquisição) / Alienação
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	(11.620)
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	(11.620)
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	(11.620)
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	19.590
	(15.270)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Na demonstração financeira atual e em 31 de março de 2020, o capital social é de R\$ 1.696.652 e está dividido em 354.011.329 ações (364.011.329 ações em 31 de março de 2019) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em 24 de junho de 2019, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria, e abertura do 6º Programa de recompra de ações limitado a 10 milhões de ações. Abaixo a movimentação ocorrida no exercício:

	2019	Aquisição de ações	Cancelamento de ações	2020
Quantidade	13.208.663	4.058.400	(10.000.000)	7.267.063
Preço médio	17,72	18,36	(17,72)	18,08
Montante total	234.100	74.493	(177.232)	131.361

c) Ajustes de avaliação patrimonial

(i) Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Conforme mencionado na nota 11, em 09 de dezembro de 2019 foi aprovada a integralização de capital com bens nas controladas SMTI e SMTA no montante (*deemed cost*) de R\$ 531 e R\$ 35.605 respectivamente.

(ii) Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor do incentivo que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 121.902, na Controladora e Consolidado (R\$ 117.269 em 31 de março de 2019).

e) Plano de outorga de opção de compra de ações

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, conforme detalhado na Nota 9 (c), foi definida a mudança dos saldos dos planos vigentes de Outorga de Opções de Compra de Ações, que fora aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018. Referido saldo foi transferido para o passivo circulante na rubrica de "Salários e contribuições sociais".

f) Reserva de capital

Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

g) Dividendos e juros sob capital próprio

Em reunião do Conselho da Administração realizada em 09 de dezembro de 2019, foi estabelecida a nova política de dividendos, pela qual fica assegurado aos acionistas um dividendo e/ou juros sob capital próprio equivalente a 40% do lucro caixa, conforme cálculo apresentado na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de R\$ 120.000 de juros sob capital próprio (JCP), sendo R\$ 16.592 de imposto de renda retido na fonte.

A tabela a seguir, demonstra a proposta de distribuição dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2020. A reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2020, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 12.936 (R\$ 0,0373 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	639.010	314.045
Constituição de reserva legal - 5%	(31.950)	(15.702)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	607.060	298.343
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	151.765	74.586
Juros sobre o capital próprio	120.000	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(16.592)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	48.357	-
Realização de reserva de lucros a realizar	6.332	6.491
Dividendos adicionais	12.936	28.923
Total	171.033	110.000
Dividendo por ação	0,4933	0,3136
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	346.744	350.803

Dessa forma, o total de dividendos propostos totaliza R\$ 171.033, ou aproximadamente 28% sob o lucro líquido, após deduzida a reserva legal, ou 24% do lucro caixa.

Diante das incertezas e da alta volatilidade existentes no mercado, causadas principalmente pelos efeitos da pandemia do COVID-19 a partir de março de 2020 a Administração da Companhia propõe uma remuneração aos acionistas que, neste momento, prioriza a preservação do caixa no curto prazo a fim de proteger os negócios da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de julho de 2019, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 28.923, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2019.

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual e em 31 de março de 2019, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 70.497 e R\$ 54.614 (Consolidado - R\$ 70.583 e R\$ 54.647), respectivamente.

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social - antecipações	6.418	3.224	6.418	3.224
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	64.839	76.535	64.839	76.535
	71.257	79.759	71.257	79.759
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	4.985	4.178

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2019	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Aporte de Terras	2020
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	37.333	804	-	-	38.137
Instrumentos financeiros derivativos	80.673	15.512	208.855	-	305.040
Provisão para contingências	34.300	13.644	-	-	47.944
PIS/COFINS sobre IAA	4.735	-	-	-	4.735
Ativos biológicos e produto agrícola (valor justo)	35.340	10.405	-	-	45.745
Provisão para outras obrigações	8.001	(2.316)	-	-	5.685
Variação cambial	53.357	(28.013)	-	-	25.344
Arrendamentos e parcerias agrícolas	-	12.299	-	-	12.299
Outros ativos	4.004	802	-	-	4.806
Total do IR e CS ativo	257.743	23.137	208.855	-	489.735
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(183.539)	11.183	-	29.551	(142.805)
Depreciação acelerada incentivada	(319.571)	(26.844)	-	-	(346.415)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(160.177)	(20.232)	-	-	(180.409)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(26.271)	6.567	-	-	(19.704)
Variação cambial	(25.391)	25.391	-	-	-
Alienação de investimento com tributação diferida	(16.262)	2.710	-	-	(13.552)
Financiamentos securitizados	(8.761)	7.691	-	-	(1.070)
Ajuste a valor presente	(213)	213	-	-	-
Total do IR e CS passivo	(740.185)	6.679	-	29.551	(703.955)
Saldo do IR e CS Diferidos	(482.442)	29.816	208.855	29.551	(214.220)

Consolidado	2019	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Aporte de Terras	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	2020
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	37.332	804	-	-	-	38.136
Instrumentos financeiros derivativos	80.674	15.512	208.855	-	-	305.041
Provisão para contingências	34.300	13.644	-	-	-	47.944
PIS/COFINS sobre IAA	4.735	-	-	-	-	4.735
Ativos biológicos e produto agrícola (valor justo)	35.342	10.405	-	-	-	45.747
Provisão para outras obrigações	8.490	(2.316)	-	-	-	6.174
Variação cambial	53.357	(28.013)	-	-	-	25.344
Arrendamento e parceria agrícola	-	12.299	-	-	-	12.299
Outros ativos	3.359	802	-	-	-	4.161
Total do IR e CS ativo	257.589	23.137	208.855	-	-	489.581
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(665.336)	11.428	-	180	-	(653.728)
Depreciação acelerada incentivada	(319.571)	(26.844)	-	-	-	(346.415)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(160.177)	(20.232)	-	-	-	(180.409)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(26.271)	6.567	-	-	-	(19.704)
Variação cambial	(25.391)	25.391	-	-	-	-
Alienação de investimento com tributação diferida	(16.262)	2.710	-	-	-	(13.552)
Financiamentos securitizados	(8.761)	7.691	-	-	-	(1.070)
Ajuste a valor presente	(212)	213	-	-	-	1
Ativo Intangível	(18.761)	-	-	-	3.438	(15.323)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	-	(5.068)
Total do IR e CS passivo	(1.245.810)	6.924	-	180	3.438	(1.235.268)
Saldo do IR e CS Diferidos	(988.221)	30.061	208.855	180	3.438	(745.687)
Outros tributos Diferidos	(539)	-	-	-	-	(539)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 20/21	111.328
Na safra 21/22	85.867
Na safra 22/23	86.553
Na safra 23/24	78.588
Na safra 24/25	62.418
A partir da safra 25/26	64.981
	<u>489.735</u>

Estas projeções não foram impactadas significativamente pelos efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	725.451	372.479	733.674	379.234
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(246.653)	(126.643)	(249.449)	(128.940)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivência patrimonial	52.173	41.278	212	(82)
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.731)	(1.050)	(1.731)	(1.050)
. Juros sob capital próprio	40.800	-	40.800	-
. Subvenção estadual	41.446	33.241	41.446	33.241
. Incentivos Fiscais	324	182	324	182
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	46.534	36.687
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	27.190	(5.769)	27.190	(5.769)
. Outros	10	327	10	542
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(86.441)	(58.434)	(94.664)	(65.189)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	11,9%	15,7%	12,9%	17,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(116.257)	(24.455)	(124.725)	(31.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.816	(33.979)	30.061	(33.583)

- (i) Após a publicação da Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014, a Companhia efetuou a revisão da contabilização do crédito outorgado concedido pelo Estado de Goiás passando a considerá-lo uma subvenção para investimento, o que resultou num crédito extemporâneo de IRPJ/CSLL no exercício findo em 31 março de 2020.

21. Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão em processo de regeneração ou enriquecimento, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável se materializa em seu respeito integral ao Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia inscreveu todos seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e aguarda regulamentação legal para sua implantação.

Os investimentos em áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais atividades para regularização ambiental são registrados no ativo imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais, a São Martinho tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme quadro abaixo:

	Até um ano	de dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	116.549	96.000	816.000
Açúcar (tons)	1.008.663	314.372	-
Energia (Mwh)	567.920	1.135.840	3.768.040

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

22. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras.

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2019	15.370	27.173	60.807	103.350	27.035
Adições	161	1.153	21.308	22.622	253.181
Reversões	(303)	(1.346)	(10.061)	(11.710)	-
Utilizações	(372)	(783)	(18.744)	(19.899)	(10.474)
Atualizações	102	1.386	3.942	5.430	1.130
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	27.583	57.252	99.793	270.872

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2019	15.370	27.640	60.807	103.817	27.210
Adições	162	1.176	21.308	22.646	253.194
Reversões	(303)	(1.367)	(10.061)	(11.731)	-
Utilizações	(373)	(807)	(18.744)	(19.924)	(10.474)
Atualizações	102	1.431	3.942	5.475	1.130
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	28.073	57.252	100.283	271.060

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Adicionalmente, sobre as adições do exercício, vide Nota 16 (b).

Na data das demonstrações financeiras atuais, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (i) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar; (iii) execuções de natureza ambiental e (iv) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa.

22.2 Perdas possíveis

A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2020		2019		2020		2019	
		Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante
Ambientais		91	6.120	59	8.485	91	6.120	59	8.485
Cíveis									
Indenizatórias		51	28.353	40	25.811	53	28.787	40	25.811
Revisão de contratos		11	2.472	11	7.385	12	2.493	12	7.404
Outros processos		13	15.187	21	160	16	15.260	21	160
Trabalhistas		36	3.246	47	1.582	36	3.246	47	1.582
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	16	227.621	16	215.618	16	227.621	16	215.618
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	292.703	5	277.268	5	292.703	5	277.268
Compensação de Tributos Federais	(iii)	76	110.047	61	93.590	77	114.032	61	93.590
ICMS	(iv)	13	36.399	13	27.834	13	36.399	13	27.834
Tributos Federais	(v)	1	242.188	-	-	1	242.188	-	-
Outros processos	(vi)	21	473.442	15	2.456	26	486.861	15	2.456
TOTAL		334	1.437.778	288	660.189	346	1.455.710	289	660.208

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP.
- (v) O processo trata da incidência dos tributos IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Os processos tratam de outras discussões tributárias como: (a) Ação Civil Pública discutindo a legalidade dos decretos do Estado de Goiás que concederam crédito outorgado de ICMS no âmbito do Programa PRODUIR; (b) autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação; (c) contribuição para o SENAI; (d) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM; (e) incidência de ITBI em operação societária de incorporação e (f) execuções fiscais de IPTU.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem

como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco Cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e swaps. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2020	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	91.818	17.664
Contas a receber de clientes	5.430	1.045
Instrumentos financeiros derivativos	253.612	48.789
Total dos ativos	350.860	67.498
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	2.065.517	397.314
Instrumentos financeiros derivativos	485.495	93.388
Total dos passivos	2.551.012	490.702
Sub-total ativo (passivo)	(2.200.152)	(423.204)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE	1.575.072	302.974
Exposição líquida passiva	(625.080)	(120.230)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas atuais demonstrações financeiras à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,1981 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,1987 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Nas demonstrações financeiras atuais, 872.737 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 20/21, com fixação em um preço médio de 13,69 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) e 24.284 toneladas com preço médio de 14,90 ¢/lb para safra 21/22, incluindo o prêmio de polarização.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (*Libor*).

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(4.591)	(22.957)	(45.914)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(272)	(1.358)	(2.716)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(622)	(3.110)	(6.221)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(158)	(792)	(1.585)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(1.179)	(2.956)	(5.943)
Exposição líquida		(6.822)	(31.173)	(62.379)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI.

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2020/2021 a 2025/2026, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2019, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				43.596
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	483.334	13,02	721.252	124.016
. Compromisso de compra	3.607	11,08	4.581	32
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	1.200	1.645	1.974	-
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	15.546	13,11	23.359	4.310
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	2.607	4,49	11.705	1.985
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	134.576	13,91	214.547	45.344
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5.352
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				224.635
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	10.160	14,44	16815	3.612
. Compromisso de compra	762	11,29	986	4
Contratos de Swap - Juros - Balcão				25.361
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				28.977
Controladora e Consolidado	2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	434.767	13,99	697.112	161.629
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	283.168	4,43	1.254.434	226.984
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	134.576	15,34	236.604	3.567
Contratos de Swap - Juros - Balcão				14.293
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				406.473
No passivo não circulante - Perda				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	7.697	4,53	34.871	5.891
Contratos de Swap - Juros - Balcão				73.131
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				79.022

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2019			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				17.383
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	225.207	13,25	256.347	8.769
. Compromisso de compra	21.439	12,08	22.249	877
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	58.423	13,08	65.648	1.591
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	51.615	4,25	219.168	13.514
. Compromisso de compra	166	3,74	621	30
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	97.287	13,53	113.079	8.471
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	613	3,91	2.394	177
. Posição titular de opções de venda (Puts)	26.586	3,83	101.806	3.155
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				53.967
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				229
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				229
Consolidado	2019			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	125.380	12,09	130.222	9.047
. Compromisso de compra	1.575	12,82	1.735	29
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	2.032	13,79	2.407	2
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	131.240	3,84	504.290	15.511
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	97.287	14,83	123.944	3.693
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	27.198	3,97	107.843	5.335
Contratos de Swap - Juros - Balcão				3.752
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				37.369
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				13.520
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				13.520

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	TOTAL em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	166.855	153.532	13.323
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	-	227.718	(227.718)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	-	620.682	(620.682)
	166.855	1.001.932	(835.077)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(56.731)	(340.657)	283.926
	110.124	661.275	(551.151)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safras 21/22	Safras 22/23	Safras 24/25 à 25/26	Safras 26/27 à 27/28	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	9.706	3.617	-	-	13.323
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(221.829)	(5.889)	-	-	(227.718)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(10.372)	(123.645)	(130.400)	(356.265)	(620.682)
	(222.495)	(125.917)	(130.400)	(356.265)	(835.077)
Tributos diferidos sobre os itens acima	75.648	42.812	44.336	121.130	283.926
	(146.847)	(83.105)	(86.064)	(235.135)	(551.151)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	79.022	-	485.495
Fornecedores	176.848	-	-	176.848
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	10.310	-	5.596	15.906
	1.649.833	2.843.970	4.647.539	9.141.342
Em 31 de março de 2019				
Empréstimos e financiamentos	754.999	1.202.101	2.495.500	4.452.600
Instrumentos financeiros derivativos	37.369	13.520	-	50.889
Fornecedores	155.492	-	-	155.492
Aquisição de participação societária	11.715	23.240	3.650	38.605
Outros passivos	21.216	390	6.260	27.866
	980.791	1.239.251	2.505.410	4.725.452

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	79.022	-	485.495
Fornecedores	174.524	-	-	174.524
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	18.527	-	5.586	24.113
	1.655.726	2.843.970	4.647.529	9.147.225
Em 31 de março de 2019				
Empréstimos e financiamentos	754.999	1.202.101	2.495.500	4.452.600
Instrumentos financeiros derivativos	37.369	13.520	-	50.889
Fornecedores	152.713	-	-	152.713
Aquisição de participação societária	11.715	23.240	3.650	38.605
Outros passivos	27.020	390	6.260	33.670
	983.816	1.239.251	2.505.410	4.728.477

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA's permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Controladora	
	Classificação	2020	2019	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	91.998	197.170	
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.810.651	1.840.536	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	125.531	145.134	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	222.899	145.143	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	30.713	54.196	
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	270.872	27.035	
Partes relacionadas	Custo Amortizado	255	9	
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	60.826	18.268	
		2.613.745	2.427.491	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	8.389	16.496	
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.806.053	4.436.104	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	398.071	33.617	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	87.424	17.272	
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.675.913	-	
Fornecedores	Custo Amortizado	176.848	155.492	
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	26.934	38.605	
Outros passivos	Custo Amortizado	15.906	27.866	
		7.195.538	4.725.452	
			Consolidado	
	Classificação	2020	2019	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	92.066	197.607	
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.869.998	1.891.606	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	193.021	185.900	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	222.899	163.412	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	30.713	54.196	
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	271.060	27.210	
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	60.879	19.183	
		2.740.636	2.539.114	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	8.389	16.496	
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.806.053	4.436.104	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	398.071	33.617	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	87.424	17.272	
Fornecedores	Custo Amortizado	174.524	152.713	
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.675.913	-	
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	26.934	38.605	
Outros passivos	Custo Amortizado	24.113	33.670	
		7.201.421	4.728.477	

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

25. Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.810.651	-	-	1.840.536	-
Instrumentos financeiros derivativos	173.008	80.604	-	18.117	36.079	-
Ativos biológicos	-	-	713.547	-	-	657.057
	173.008	1.891.255	713.547	18.117	1.876.615	657.057
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	161.629	323.866	-	12.769	38.120	-
Empréstimos e financiamentos	-	8.389	-	-	16.496	-
	161.629	332.255	-	12.769	54.616	-

Consolidado	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.869.998	-	-	1.891.606	-
Instrumentos financeiros derivativos	173.008	80.604	-	18.117	36.079	-
Ativos biológicos	-	-	713.547	-	-	657.057
	173.008	1.950.602	713.547	18.117	1.927.685	657.057
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	161.629	323.866	-	12.769	38.120	-
Empréstimos e financiamentos	-	8.389	-	-	16.496	-
	161.629	332.255	-	12.769	54.616	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Garman & Kohlhagen", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

26. Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Empreendimentos imobiliários, e
- (v) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

	2020					
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado
Receita Bruta						
Mercado interno	129.475	2.111.315	237.618	22.556	86.653	-
Mercado externo	1.130.559	379.365	-	-	-	-
Resultado com derivativos	(10.567)	(15.174)	-	-	-	-
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(6.574)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(8.501)	(328.465)	(19.174)	(2.449)	(12.777)	-
Receita Líquida	1.240.966	2.147.041	218.444	20.107	73.876	(6.574)
Custo dos produtos vendidos	(895.081)	(1.488.660)	(48.268)	(1.648)	(52.737)	-
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	(30.602)
Lucro bruto	345.885	658.381	170.176	18.459	21.139	(37.176)
Margem bruta	27,87%	30,66%	77,90%	91,80%	28,61%	-
Despesas com vendas	(85.277)	(41.672)	(11.248)	-	-	-
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	147.166
Lucro operacional	260.608	616.709	158.928	18.459	21.139	109.990
Margem Operacional	21,00%	28,72%	72,75%	91,80%	28,61%	-
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(546.823)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	639.010

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2019							
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	140.706	2.223.752	230.458	4.277	62.725	-	2.661.918
Mercado externo	916.677	106.300	-	-	-	-	1.022.977
Resultado com derivativos	47.072	7.250	-	-	-	-	54.322
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(8.152)	(8.152)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(9.311)	(328.250)	(21.377)	(1.547)	(10.218)	-	(370.703)
Receita Líquida	1.095.144	2.009.052	209.081	2.730	52.507	(8.152)	3.360.362
Custo dos produtos vendidos	(845.175)	(1.568.684)	(43.064)	(207)	(36.953)	-	(2.494.083)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	5.151	5.151
Lucro bruto	249.969	440.368	166.017	2.523	15.554	(3.001)	871.430
Margem bruta	22,83%	21,92%	79,40%	92,42%	29,62%	-	25,93%
Despesas com vendas	(72.110)	(13.791)	(10.652)	-	(814)	-	(97.367)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(76.041)	(76.041)
Lucro operacional	177.859	426.577	155.365	2.523	14.740	(79.042)	698.022
Margem Operacional	16,24%	21,23%	74,31%	92,42%	28,07%	-	20,77%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(383.977)	(383.977)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	314.045

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

2020						
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	17.277	70.340	56.885	42.941	5.578	193.021
Estoques e adiantamento a fornecedores	154.786	245.954	-	8.287	7.066	416.093
Ativos biológicos	246.388	467.159	-	-	-	713.547
Imobilizado	2.305.220	3.387.443	148.538	-	3.304	5.844.505
Intangível	248.545	176.057	41.087	-	-	465.689
Direito de uso	685.740	1.033.713	-	-	-	1.719.453
Total de ativos alocados	3.657.956	5.380.666	246.510	51.228	15.948	9.352.308
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	2.761.218	2.761.218
Total	3.657.956	5.380.666	246.510	51.228	2.777.166	12.113.526

2019						
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	40.482	72.055	36.354	31.221	5.788	185.900
Estoques e adiantamento a fornecedores	157.256	189.932	-	8.153	8.862	364.203
Ativos biológicos	222.024	435.033	-	-	-	657.057
Imobilizado	2.211.348	3.291.965	130.163	-	11.184	5.644.660
Intangível	249.864	177.587	51.048	-	-	478.499
Total de ativos alocados	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374	25.834	7.330.319
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	2.418.403	2.418.403
Total	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374	2.444.237	9.748.722

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

27. Receitas

A São Martinho reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens e serviços.

Não existem perdas estimadas em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC). Nas demonstrações financeiras atuais, o montante acumulado registrado é de R\$ 1.690 (em 31 de março de 2019 - R\$ 2.732).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos à medida que ocorrem.

Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 24% da receita bruta; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes representam 15%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados. A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.457.507	2.554.457	2.587.617	2.661.918
Mercado externo	1.509.924	1.022.977	1.509.924	1.022.977
Resultado com derivativos	(25.741)	54.322	(25.741)	54.322
	3.941.690	3.631.756	4.071.800	3.739.217
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(6.574)	(8.152)
	3.941.690	3.631.756	4.065.226	3.731.065
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(362.602)	(363.199)	(371.366)	(370.703)
	3.579.088	3.268.557	3.693.860	3.360.362

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

28. Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matéria prima e materiais de uso e consumo	765.327	957.196	702.956	908.642
Despesas com pessoal	425.029	418.625	428.169	421.424
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	1.246.680	1.033.035	1.249.917	1.036.621
Serviços de terceiros	167.732	135.702	166.275	134.166
Peças e serviços de manutenção	114.142	110.652	114.466	110.833
Contencioso	8.578	12.021	8.582	12.038
Variação no valor justo dos ativos biológicos	30.602	(5.075)	30.602	(5.151)
Materiais para revenda	22.685	19.526	35.011	30.713
Realização de mais valia de estoque (PPA)	-	-	-	207
Custo com venda de terras	-	-	1.648	-
Outras despesas	127.284	124.296	134.436	131.731
	2.908.059	2.805.978	2.872.062	2.781.224
<u>Classificadas como:</u>				
Custo dos produtos vendidos	2.563.599	2.524.100	2.516.996	2.488.932
Despesas com vendas	136.108	94.828	138.197	97.367
Despesas gerais e administrativas	208.352	187.050	216.869	194.925
	2.908.059	2.805.978	2.872.062	2.781.224

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Outras receitas, líquidas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total em outras receitas e despesas, R\$ 349.056 (R\$ 106.499 em 31 de março de 2019) se referem a indenização recebida pela Copersucar, conforme detalhado na nota 16.b.

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	103.700	84.174	109.974	91.885
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.729)	(4.327)	(4.797)	(4.404)
Outras receitas	8.998	13.065	11.826	16.237
	107.969	92.912	117.003	103.718
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	(118.980)	(1.141)	(118.980)	(1.141)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(249.441)	(253.105)	(249.441)	(253.833)
Juros pagos e auferidos	(27.351)	(29.658)	(27.523)	(29.685)
Comissão de fiança bancária	(870)	(2.294)	(870)	(2.294)
Obrigações Copersucar	(6.908)	(6.871)	(6.908)	(6.871)
Outras despesas	(12.198)	(17.261)	(12.257)	(17.330)
	(415.748)	(310.330)	(415.979)	(311.154)
Variação cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	25.468	34.022	25.468	34.022
Clientes e fornecedores	19.322	9.286	19.322	9.286
Empréstimos e financiamentos	(80.681)	(78.315)	(80.681)	(78.316)
	(35.891)	(35.007)	(35.891)	(35.008)
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com operações de açúcar	(4.131)	(1.677)	(4.131)	(1.677)
Resultado com operações de etanol	(7.227)	(182)	(7.227)	(182)
Resultado com operações de câmbio	(77.838)	(63.674)	(77.838)	(63.674)
Resultado com swap	(42.025)	(10.912)	(42.025)	(10.912)
Custo com transações em bolsa	(1.119)	(414)	(1.119)	(414)
Variação cambial líquida	15.048	515	15.048	515
	(117.292)	(76.344)	(117.292)	(76.344)
Resultado financeiro	(460.962)	(328.769)	(452.159)	(318.788)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

31. Lucro por ação

	2020	2019
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	639.010	314.045
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil	348.443	326.779
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1,8339	0,9610

32. Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informação não auditada) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado	Cobertura máxima (i)
Riscos cobertos	
Lucros cessantes	3.691.545
Responsabilidade civil	3.180.391
Outras coberturas	2.762.898
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	2.020.000
Danos elétricos	1.931.667
Roubo ou furto	228.145
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	192.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

* * *